

# HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO: HISTÓRIA DO CORPO E FORMAÇÃO DO ESTADO<sup>1</sup>

Adilson José de Almeida<sup>2</sup>

Museu Paulista da Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

adilsonj@usp.br

Recebido em 14 de maio de 2010

Aprovado em 17 de setembro de 2010

## **Resumo:**

O estudo da história da educação física no Brasil é importante para a compreensão, em história militar, das mudanças históricas nas formas de mobilização do corpo do soldado. A implantação da educação física no treinamento militar põe em evidência a contraposição de um modo de apropriação da força física dos homens baseado nas relações mais diretas dos senhores com os estratos de dependentes e escravos que lhe eram subordinados, que pode ser denominado modo senhorial de atuação armada, e um modo militar de atuação armada, a partir do qual se organizavam tropas a serviço do estado.

**Palavras-chave:** História da educação física; história do corpo; estado nacional

## **Abstract:**

**History of Physical Education in the Brazilian Army: History of Body and the state organization**

The study of the history of physical education in Brazil is important to understanding the historical changes of mobilization of the body of the soldier. The physical education in military training emphasizes the opposition between one form of use of the physical strength of men based on direct relationship of landlords and their serfs and slaves and a military mode of action.

**Keywords:** History of physical education; history of body; national state.

---

<sup>1</sup> Este artigo é a versão revisada da comunicação *História do corpo e formação do estado: soldados do Exército brasileiro no Império e na Primeira República*, apresentada no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza/CE, 12-17 jul. 2009.

<sup>2</sup> Doutorando em História Social pela FFLCH/USP.

Antes de destacar alguns pontos da história da educação física militar no Brasil, é preciso indicar problemas mais amplos aos quais ela pode ser integrada. Deve-se observar, primeiramente, que os estudos sobre as forças armadas brasileiras, em especial o Exército, tanto na historiografia militar como, mais amplamente, na historiografia sobre o Império ou a República, enfatizam a má organização das tropas. Autores como Samuel Guimarães da Costa, João Batista Magalhães, Nelson Werneck Sodré, além de outros mais, destacam três pontos principais. O recrutamento forçado, a captura de homens que constituía recurso constantemente empregado de arregimentação e trazia para a tropa indivíduos sem qualificações mínimas para atividades militares; a insuficiência e mesmo ausência de treinamento físico e técnico dos soldados; e a aplicação frequente de castigos corporais como meio de disciplina.

Esses procedimentos são, de modo geral, entendidos como decorrentes de uma certa marginalidade política do Exército no aparato estatal, principalmente, durante o Império, o que tinha por consequência falta de verbas, desorganização institucional e incapacidade operacional. De fato, mesmo à época, eles eram já percebidos como problemas que impediam o desenvolvimento da tropa e exigiam ações corretivas do governo.

Na verdade, eles devem ser analisados como formas específicas de mobilização do corpo do soldado para desempenho de atividades militares num Exército inserido numa sociedade armada, uma sociedade na qual os homens tinham capacidade para empregar armas independentemente do estado. Capacidade, em especial, do estrato de senhores, os proprietários de escravos e terras, que dominava as instituições políticas e sociais.

As forças do estado, Exército à frente, tinham estabelecido um modo de atuação armada militar que, tratando-se de uma instituição estatal, se organizava como prescrições oficializadas e sistematizadas numa legislação. Esta definia, entre tantas coisas como tempo de serviço e normas de comportamento, os procedimentos para aperfeiçoamento técnico dos homens recrutados em manejo de armas e atuação conjunta (ordem unida), e a majoração das capacidades físicas dos homens através de treinamento.

Contudo, os senhores, porque resolviam frequentemente seus conflitos através de armas, desenvolveram um modo de atuação armada próprio. De fato, quando se examina os procedimentos através dos quais os grandes senhores mobilizavam seus homens em armas, como obtinham o concurso deles para as lutas, justifica-se pensar na existência do que se pode chamar um modo senhorial de atuação armada. Três elementos em conjunto parecem conformá-lo no seu perfil geral. A aprendizagem doméstica do uso de armas, posto que era responsabilidade de cada homem saber manejá-las, dispensando-se o aprimoramento da capacidade de lutar já adquirida na aprendizagem familiar ou comunitária; a valorização da força muscular e não de habilidades corporais como rapidez, flexibilidade etc. - os homens apenas deveriam apresentar condições físicas de atender à convocação do senhor, o que tornava desnecessário o treinamento físico sistemático; o acionamento das relações de dependência pelo senhor para reunir os homens e fazê-los atuar a seu serviço.

Este modo de atuação armada não necessitava modificar o corpo do homem chamado à luta, não exigia o aprimoramento de sua capacidade técnica em atirar com arma de fogo ou manejar armas brancas (uma faca, por exemplo) e nem majorar suas capacidades físicas com exercícios corporais. O homem que atendia ao senhor deveria

comparecer com sua força muscular, ser homem *válido* para participar de confrontos. Considerando o problema específico deste artigo, neste modo de atuação armada a educação física não constituía exigência para a atuação dos homens nos conflitos armados. Ela não estava no horizonte dos líderes senhoriais que, nas lutas entre si ou contra tropas governamentais, reuniam seus contingentes armados.

Nossa proposta é entender que havia este modo de atuação armada estabelecido nas relações entre os senhores e os seus dependentes e escravos (para vigilância destes) que surgiu, portanto, fora das forças armadas estatais, mas que foi imposto a elas na organização e atuação das suas tropas. Estas forças, sem conseguir modificá-lo, a ele se amoldavam. Era a hegemonia deste modo senhorial nas forças governamentais – um modo de atuação que nada alterava das condições físicas e técnicas que o homem adquiria em sua vida familiar e comunitária – que levava ao recrutamento forçado como recurso para constituição de tropas, impunha os castigos físicos como o principal meio de disciplina e excluía o treinamento e a educação física dos soldados. Nesta perspectiva as maneiras como as forças armadas recrutavam, treinavam e disciplinavam os homens não decorriam de incapacidade técnica dos comandos, de sua falta de autoridade ou de desorganização institucional. Elas constituíam práticas de organização e ação militares dependentes de práticas de luta estabelecidas fora do âmbito do estado.

O que levou a esta situação, a esta hegemonia do modo de atuação senhorial na organização das tropas governamentais, o Exército em especial? A presença de contingentes senhoriais nas forças militares é um fator a ser considerado, pois o estado necessitava da cooperação material dos senhores para atuar em confrontos armados. Mas uma razão, talvez, mais importante foi a legitimidade social do modo de atuação

senhorial, que levava os oficiais militares a exigirem dos soldados o mesmo que os senhores dos seus homens.

Estas são questões que demandam, ainda, novos encaminhamentos. De toda forma, a abordagem que se propõe aqui procura indicar que mais do que críticas à desorganização de uma instituição armada, se deve proceder à análise do que, muito genericamente, se pode chamar de materialidade do exercício do poder. Por um lado, trata-se de considerar o conjunto dos recursos materiais empregados para exercer coerção física contra um oponente, ou seja, da capacidade de um contingente militar nas lutas contra um inimigo, um dos problemas mais estudados tradicionalmente nas histórias militares. Mas, por outro, questão que constitui o foco deste texto, a materialidade do poder significa a apropriação das capacidades físicas dos homens para constituir os efetivos necessários e assegurar o seu controle e eficácia. Neste caso, é a constituição e preparação de tropas que se deseja formular como um problema. Assim, o estudo das forças armadas põe em relevo, entre aqueles recursos materiais e físicos, o corpo como alvo de um poder bélico, alvo a ser, se necessário, destruído (como matar o soldado inimigo?), ou o corpo como elemento físico mobilizado pelo poder para prover sua própria sustentação (como tornar o meu soldado eficaz?). Propõe-se, enfim, que é numa história do corpo que estas questões de história militar devem ser encaminhadas.

Indicados esses problemas mais gerais, se pode agora voltar à questão da educação física. É uma história do corpo militar que dá maior inteligibilidade à trajetória da educação física nas forças armadas brasileiras. Trajetória que é, também, da educação física em instituições não militares e que é preciso acompanhar para estabelecer um quadro mais geral. Pouco difundida durante a prevalência do modo senhorial de mobilização dos homens nas forças armadas, que excluía a preparação

física sistemática dos contingentes formados, a educação física estava restrita, apesar de formalmente recomendada, a uma pequena quantidade de praticantes na oficialidade e não constituía uma atividade regular do grosso da tropa. Estava presente também em algumas instituições de ensino como o Colégio D. Pedro II e poucas escolas particulares de elite. A educação física não era, portanto, uma atividade desconhecida, mas não estava no centro das preocupações das autoridades do ensino e dos comandos militares.

Contudo, a educação física começou a se transformar num alvo de iniciativas estatais mais sistemáticas no final do século XIX e início do XX, e se desenvolveu até constituir um objeto de políticas governamentais a partir da Revolução de 1930 e adquirir uma maior dimensão institucional. O crescimento da educação física nestes dois períodos indica que ela se torna prática regular na área militar e no ensino civil, justamente, conforme se verifica o fortalecimento do estado. Este é um ponto a ser enfatizado na história da educação física no Brasil: ela é uma atividade de modelação do corpo e majoração de sua força muscular impulsionada pelo estado. Longe de se reduzir a esta dimensão política, posto que logo se constituiu como atividade social – por exemplo, em práticas esportivas – foi o crescente interesse de instituições estatais nas áreas militar e de ensino que incentivou o seu desenvolvimento no país.

A história da educação física no Brasil já conta com relevantes estudos e pesquisas. Os dados e informações utilizados neste trabalho se encontram, principalmente, nos trabalhos de Ana Cristina Arantes<sup>3</sup>, Inezil Penna Marinho, Washington Gutierrez e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior.

Nas análises sobre a educação física no Exército brasileiro se estabelece que a atividade foi introduzida pelos membros da guarda pessoal da Imperatriz D. Leopoldina.

---

<sup>3</sup> Agradeço à profa. Ana Cristina Arantes pelas indicações bibliográficas, pelo fornecimento de textos e interesse demonstrado pela pesquisa.

Eles praticavam a *gymnastica*, também denominada prática motora (ARANTES, 2008, p. 2). A partir deste início pontual a atividade, certamente, conheceu alguma difusão que impulsionou, mais tarde, um começo de regulamentação oficial. Em 1852 vê-se que a ginástica alemã foi implantada no Exército (ARANTES, 2008, p. 6). Na Escola Militar da Praia Vermelha – com esta denominação desde 1840 – a ginástica já era praticada, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca (MARINHO, 1952, p. 173).

Mas é na segunda metade do século XIX que ocorrem mais desenvolvimentos. Em 1858 a Escola Militar toma uma série de medidas como a nomeação de novo mestre de ginástica e a determinação de que seus cursos de infantaria e cavalaria tivessem aulas de esgrima e natação. A Escola da Marinha estabelecia, por esta mesma época, esgrima e ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos antes da missa. Em 1860, no Depósito de Aprendizes Artilheiros situado na Fortaleza de São João, ginástica, esgrima e natação se tornaram obrigatórias. Estas mesmas atividades aparecem novamente em decretos sobre as forças armadas de 1866, 1871 (para a Escola da Marinha) e 1874.

A atividade legislativa do Governo central sobre a educação física para militares prosseguiria na década seguinte. Em 1882, o Colégio Naval previa exercícios ginásticos, militares e natação para seus alunos (MARINHO, 1952, p. 129). Natação e esgrima seriam mantidas na fusão, em 1885, deste colégio com a Escola da Marinha para formar a Escola Naval. Encontram-se mais uma vez prescritas esgrima, natação e equitação em decreto de 1884 sobre o Regulamento da Escola Militar do Rio Grande do Sul (MARINHO, 1952, p. 154). Em 1889 se determina natação, ginástica, esgrima, tiro

ao alvo e evoluções militares como práticas obrigatórias no Imperial Colégio Militar criado neste ano (MARINHO, 1952, p. 159).

Durante o século XIX, além de já aparecer como parte do treinamento militar, a educação física se introduzira, também, nas atividades escolares civis. Referências iniciais mais seguras se encontram nos regulamentos do Colégio D. Pedro II, fundado em 1835. Os registros mostram que as aulas só foram efetivamente ministradas a partir de 1841, quando da contratação do capitão do Exército Guilherme Taube como instrutor (ARANTES, 2008, p. 4-5).

Por volta de 1840 estabelecimentos particulares também ofereciam atividades de educação física. Ex-oficial de Exército, o emigrado espanhol Coronel Frederico Hoppe, então mestre de armas da Academia da Marinha, ministrava esgrima no Colégio Botofogo e no Colégio São Pedro de Alcantara (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 3-4). Na Escola Caetano de Campos, desde sua fundação em 1846, a educação física fazia parte do currículo (ARANTES, 2008, p. 9).

No início dos anos de 1850 a educação física começa a ser pensada e proposta como atividade escolar contemplada em regulamentos. Neste período a prática de ginástica se torna obrigatória nas escolas primárias da Corte (ARANTES, 2008, p. 5), determinação que se verifica também nas províncias, como no Amazonas que incluiu em 1852 a educação física no currículo escolar (ARANTES, 2008, p. 6). Já na República o Ginásio Nacional, o anterior Colégio D. Pedro II, nas reformulações de então, estabeleceu uma série de atividades de educação física, mantendo o que já constituía uma tradição na escola (GUTIERREZ, 1980, p. 48).

Em meados do século XIX, para além das áreas escolar e militar a educação física já se estabelecia, ainda que pontualmente, como uma prática social. O esporte

começou a se constituir como uma atividade em torno da qual pessoas passaram a se associar. Surgiram os clubes, nos quais, certamente, os exercícios físicos encontravam aplicação. Destacavam-se os clubes Grupo dos Mareantes (1851), Sociedade de Ginástica de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (Sogipa, 1867), Clube Ginástico Português e Jôquei Clube Fluminense (1868), Clube Guanabareense (1874), Clube de Regatas Cajuense e Clube de Regatas Internacional (1885). Militares já na mesma época também praticavam esportes. A Marinha de Guerra, por exemplo, realizou uma regata em 1862, que contou com a presença de D. Pedro II e foi muito noticiada à época (MARINHO, 1952, p. 118).

Ainda no século XIX é preciso considerar que contemplada nas prescrições oficiais e encontrando um suporte de desenvolvimento no esporte, a educação física constituía, ao mesmo tempo, um objeto de estudo. No ensino escolar, ainda na primeira metade do século XIX, em 1828, já aparece publicado no Brasil o trabalho de Joaquim Jerônimo Serpa, o *Tratado de Educação Física-Moral dos Meninos* (GUTIERREZ, 1980, p. 47). Ela, também, era já tema para estudos acadêmicos. Pesquisas nas faculdades de medicina eram elaboradas, a exemplo da tese, de 1845, do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba intitulada *Algumas considerações sobre a Educação Física* (MARINHO, 1952, p. 104). Inezil Marinho e Washington Gutierrez destacam a publicação, mais tarde, em 1867, de *Estatutos Higiênicos sobre Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado* de Eduardo Pereira (MARINHO, 1952, p. 120; GUTIERREZ, 1980, p. 47).

O que se pode observar para o último quarto do século é a preocupação em tornar a educação física parte da política do Estado tanto para o ensino civil como militar. Em 1873 o capitão Ataliba M. Fernandes, mestre de ginástica, apresentou

proposta à Inspetoria da Instrução Pública da Corte para realização de aulas de educação física nas escolas primárias. Uma comissão foi formada para analisá-la (ARANTES, 2008, p. 6).

Em 1882 Rui Barbosa emite parecer sobre o Projeto 224 da Câmara dos Deputados, intitulado *Reforma do Ensino Primário*. Rui Barbosa elaborou uma proposta sistemática de educação física no ensino formal para crianças. Pensou a inserção institucional da atividade, a classificação dos grupos por gênero, a atribuição do *status* de professor ao especialista em educação física. Mais tarde, em 1886, o presidente da Província de São Paulo preconizou ao inspetor geral da instrução exercícios militares e ginástica para alunos de nove a doze anos (GUTIERREZ, 1980, p. 48).

No início do século XX houve pelo menos mais um projeto apresentado à Câmara dos Deputados. Elaborado em 1905 pelo Deputado Jorge de Moraes, chegou a ser aprovado, mas não foi executado. Previa duas escolas de educação física, uma civil e outra militar, além de centros esportivos universitários (GUTIERREZ, 1980, p. 48).

No final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX Pena Marinho observa, no Exército, que as prescrições sobre ginástica, natação e esgrima que se viu nas décadas de 1860 e 1870 constariam de decretos nos anos 1889, 1898, 1905, 1914, 1918 e 1919. Mais tarde, em 1924 e 1929, os regulamentos orientados pelo ensino da Missão Militar Francesa impunham a Instrução Física Militar (MARINHO, 1952, p. 124).

Mas, além desta atividade legislativa, várias iniciativas sobre educação física foram tomadas em todo este período no âmbito militar.<sup>4</sup> Em 1906 a Força Pública de São Paulo cria a sua própria Escola de Educação Física. Alguns anos depois, em 1915,

---

<sup>4</sup> Os dados a seguir e até o final do texto foram retirados de Gutierrez (1980, p. 49).

foi criada no Exército a Liga Militar de Futebol que, em 1920 passou a ser denominada Liga de Sports do Exército. Em 1922, o Exército tomou novas iniciativas para estabelecer uma política sistemática de implantação da prática da educação física, fundando o Centro Militar de Educação Física. O Centro só em 1929 ministrou um primeiro curso provisório de formação, mas receberia novo impulso com a Revolução de 1930. A Marinha possuía uma Liga de Esportes e em 1926 inicia a formação de monitores de educação física num curso de dois anos. Nesta década ocorreu um primeiro grande evento que merece registro. Em 1922, participando das comemorações do centenário da Independência, a Liga de Sports do Exército criou uma Comissão Militar Sportiva para, juntamente com a Confederação Brasileira de Desportos, organizarem no Brasil os Jogos Latino-Americanos.

Vê-se, claramente, que num período de aproximadamente cem anos, da década de 1820 à década de 1920, a educação física se desenvolveu no ensino formal, na área militar e na prática social do esporte. Ela deixou de se constituir numa prática pontual de grupos muito restritos para conhecer uma difusão mais ampla. O esporte, por exemplo, experimentou uma significativa penetração em diferentes segmentos da população, inicialmente, entre elites econômicas e sociais, para depois ser adotado por segmentos populares. O crescimento do esporte parece bastante associado à vida num ambiente urbano em rápida expansão, o que indica que se tratou de um fenômeno ligado a transformações sociais de maior amplitude. Mas para restringir a discussão ao problema específico da educação física como campo de interesse do estado, o fato notável é o desenvolvimento da atividade associado ao fortalecimento institucional crescente do ensino e das forças armadas.

Por que a educação física cresce com o estado? Por que o modo senhorial de atuação armada a recusa? A própria definição de educação física fornece uma razão. A definição, claro, pode conter elementos variados, mas seu eixo gira sempre em torno da atividade corporal dirigida. Neste sentido o conceito de ginástica tal como foi formulado desde o século XVII e mantido posteriormente pode encaminhar uma resposta. Friedrich Hoffmann já neste período a definia como *movimento artificial*. Mais tarde Herbert Spencer a entendia como *exercícios fictícios* (GUTIERREZ, 1980, p. 29-30). Trata-se de modificar o próprio corpo, de atingir um outro patamar de condicionamento físico, mas através de procedimentos corporais regulados não pela experiência pessoal cotidiana, que se desenvolve segundo necessidades, ritmos e capacidades individuais. Na educação física o *exercício* é o movimento ou o conjunto de movimentos que são prescritos da mesma maneira para diferentes pessoas que devem ou querem realizá-los e para atingir objetivos que não são fixados por cada qual, mas por preceitos gerais – definidos na medicina, na moral etc. - válidos para todos.

Por isso o modo senhorial a recusa. Ele necessita de um homem *forte e válido*, mas que assim o é pela maneira como ele próprio desenvolve sua vida no dia-a-dia, isto é, conforme sua própria experiência pessoal cotidiana. Já não é assim com o estado que define objetivos militares e, para atingi-los, emprega a capacidade física dos homens que arregimenta. Não interessa ao estado este homem como ele é *naturalmente*, isto é, com a compleição física e as habilidades de manejo de armas adquiridos em sua vida familiar e comunitária. É preciso treinar este homem, aumentar suas capacidades físicas e técnicas de luta para realizar aqueles objetivos, é preciso transformá-lo num soldado que serve aos fins militares do estado.

A educação física pode, assim, se desenvolver e ser apropriada enquanto um dos recursos do estado para obter o soldado e até mesmo o cidadão (aqui entra o ensino) dos quais necessita. Entende-se porque com o fortalecimento do estado a partir da Revolução de 1930 esta atividade física se tornou objeto de ações governamentais sistemáticas, um novo lugar entre as atividades promovidas pelo estado que, conforme as indicações a seguir, chegou à nossa atualidade.

Uma política geral de educação física para o país começa a ser delineada no primeiro governo Vargas. Ela se torna uma área específica na estrutura do Ministério da Educação e Saúde, uma articulação numa instância executiva do Governo Federal entre duas áreas que atribuem grande importância à educação física.

Em 1930 o Centro Militar de Educação Física foi subordinado diretamente ao Estado-Maior do Exército e ao Ministério da Guerra. Em 1931 passou a constituir centro independente na estrutura da tropa. Finalmente em 1933 foi transformado na Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

No ano seguinte a reforma Francisco de Campos torna a educação física obrigatória no ensino secundário. É neste mesmo ano que surgem Departamentos de Educação Física nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Neste âmbito estadual houve, ainda, outras iniciativas importantes. Mário de Andrade, quando Secretário da Educação de São Paulo começou, em 1935, a implementação de Parques Infantis com atividades de educação física. A experiência durou pouco tempo, mas considera-se que criou condições para o desenvolvimento de projetos que vieram mais tarde.

Deve-se observar que além das ações do estado, mas em muitos casos articuladas a elas, se desenvolveram grandemente práticas sociais que envolviam educação física. Em 1931 se funda a Associação Cristã de Moços (ACM) do Rio de

Janeiro, uma instituição civil de caráter religioso que desenvolvia atividades físicas. E se deve considerar também o impulso que estas receberam com o incremento das atividades esportivas, em especial do futebol.

O Estado Novo intensifica as mudanças institucionais da educação física tanto no ensino civil quanto militar. Em primeiro lugar, a educação física passa a ser tema contemplado no texto da Constituição Federal. Ainda em 1937, a Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional cria o Conselho Nacional de Desportos, enquanto o Ministério da Educação cria sua Divisão de Educação Física.

Aqueles Departamentos de Educação Física de São Paulo e do Espírito Santo se transformaram, em 1938, em Escolas Superiores de Educação Física. No ano seguinte foram criadas a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, a Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, a Escola Superior de Educação Física do Paraná e a Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Em 1941, o Rio Grande do Sul cria sua Escola Superior de Educação Física.

O governo ditatorial de Getúlio Vargas estabeleceu uma política estatal para a educação física. Tornou-a importante na legislação, mas, além disso, promoveu grandes eventos – capitalizados politicamente pelo presidente – cujas exibições de ginásticas por escolares constituíam um dos pontos altos. Ocorreram, principalmente, entre 1935 e 1943, período no qual se realizaram grandes eventos esportivos e reuniões acadêmicas de âmbito internacional com participação destacada do Brasil. A I Olimpíada Universitária Brasileira, mais tarde considerada como os I Jogos Universitários Brasileiros e o VII Congresso Nacional de Educação que teve a educação física como tema principal, realizaram-se naquele primeiro ano. Em 1939 organizaram-se colônias

de férias federais nas quais se incentivavam as atividades físicas. Colônias deste tipo também já haviam sido organizadas por uma instituição como o Serviço de Recreação Pública e pelo estado do Rio Grande do Sul. Em 1941 é este estado que ganha, através do Instituto Porto Alegre (IPA), o Concurso Nacional de Organização e Instalações para a Educação Física. Em 1943 realiza-se o I Congresso Panamericano de Educação Física, cuja maioria dos trabalhos (44 em 78) foram apresentados por brasileiros.

De modo geral, todo este desenvolvimento institucional da educação física nas décadas de 1930 e 1940 e a difusão social de sua prática no mesmo período se enfraqueceram com o fim da ditadura getulista com a qual ficaram identificados.

Mas a educação física, mesmo com o fim do Estado Novo, permaneceu como um alvo importante das ações governamentais no ensino. Em 1946 foi promulgada a Lei Orgânica da Educação, que contemplou a educação física em todos os níveis escolares. Em 1947, fundou-se o Departamento de Desportos do Exército.

Na verdade, o que se constata facilmente é que a educação física, do período de redemocratização após o governo autoritário de Vargas até a nossa atualidade, não perdeu importância como objeto de políticas governamentais. Gutierrez (1980, p. 50) destaca, de 1945 até inícios da década de 1970, um crescimento da prática da educação física e dos esportes nas escolas e nos clubes. Destes últimos vários ganharam títulos internacionais em competições esportivas e o número de escolas de educação física cresceu significativamente no país. E a legislação produzida pelo estado não deixou mais de contemplar a educação física como parte fundamental da educação escolar nos diferentes níveis de ensino, como mostra a elaboração de Leis de Diretrizes e Bases, decretos federais e propostas de currículos nacionais.

Este quadro, bastante sintético, sobre o desenvolvimento da educação física no Brasil, enfatiza sua dimensão política na organização do estado nacional. Propõe-se que a educação física deva ser considerada, em toda a sua riqueza de significados e funções, também como parte importante da dimensão física do exercício do poder. Neste sentido, o quadro apresentado constitui, na verdade, um conjunto de referências a problemas que exigem encaminhamento mais aprofundado através de novas pesquisas.

### **Bibliografia**

ARANTES, Ana Cristina. A História da Educação Física escolar no Brasil. *Revista Digital*, Buenos Aires, año 13, n. 124, p.1-18, set. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 02 mai. 2009.

COSTA, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do exército brasileiro; pequena tentativa de interpretação social*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957 (Biblioteca do Exército; v. 240).

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. História da Educação Física no Brasil; reflexões a partir do Colégio Pedro Segundo. *Revista Digital*, Buenos Aires, año 13, n.123, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 02 mai. 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. COMISSÃO DE DESPORTOS DO EXÉRCITO. Histórico. Disponível em: <<http://www.cde.ensino.eb.br/jogosmarciais07/historico.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2009.

GUTIERREZ, Washington. *História da educação física*. 3ª edição. Porto Alegre: Instituto Porto Alegre, 1980.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil: anotações para a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958 (Biblioteca do Exército; Coleção avulsa).

MARINHO, Inezil Penna. *História da educação física e desportos no Brasil*; Brasil colônia, Brasil império, Brasil república, documentário. 4V. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1952.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (Retratos do Brasil; v. 40).